



Defensoria Pública
de Mato Grosso do Sul

Nudem

Informativo do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM



ANO 7 - 32ª Edição | Jan/Fev 2021

Tema: Mulheres nos espaços de poder

Editorial

E chegamos a 2021. Tudo indica que será mais um ano de desafios e de superação. A pandemia não cessou, os problemas amplificados da violência contra a mulher permanecem e necessário insistir ainda mais nas ações que buscam a equidade de gênero. Não há como progredir nesse sentido se as mulheres não ocuparem espaços de poder: no alto escalão do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Sistema de Justiça, das grandes empresas ou onde elas quiserem. Precisamos das mulheres pautando políticas públicas e nas mesas de decisões pensando nas outras mulheres! Para refletir sobre isso, iniciamos essa edição com uma entrevista concedida pela única vereadora eleita em 2020 no município de Campo Grande, Camila Jara, que fala dos desafios a serem enfrentados e da importância das mulheres na política. Viajamos o mundo, o país, o Estado e o Município em busca das notícias mais relevantes que tratam dos direitos das mulheres e colacionamos jurisprudência fresquinha relacionada a violência doméstica e legislação municipal sobre auxílio-aluguel às mulheres em situação de violência que acabou de sair e que pode inspirar outros parlamentares. E, ainda, há dicas de livro e série. Que tenhamos coragem e propósitos para encarar esse novo ano. Boa leitura!

Thaís Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do NUDEM

Entrevista



Camila Bazachi Jara foi a única vereadora mulher eleita nas eleições de 2020 em Campo Grande/MS. A jovem vereadora de 25 anos de idade é idealizadora do **Coletivo Elas Podem**, cujo intuito é inspirar mulheres e meninas a serem o que quiserem através do desenvolvimento de suas potencialidades.

Quando apresentada ao tema do Boletim desta edição, a vereadora Camila Jara se disse entusiasmada e gentilmente aceitou nosso convite para uma entrevista.

1. Sabemos da importância de incentivar a participação e comprometimento das mulheres com a política e a democracia, garantindo-lhes informações privilegiadas para a luta pela igualdade de gênero. Diante disso, como você observa a participação das mulheres brasileiras em cargos públicos ou de decisão?



Na América Latina, o Brasil foi o país pioneiro em relação à ocupação de mulheres para cargos eletivos. A primeira mulher eleita foi uma prefeita, e ela se elegeu por conta de uma brecha na legislação que dizia que mulher não podia votar, mas não dizia que mulher não podia se candidatar, e nessa brecha, abriu-se precedente para outras mulheres no Brasil concorrerem também a cargos políticos.

Só que a gente teve esse pioneirismo e depois travou tudo porque abriu a possibilidade, mas não deu condições reais, porque quando a mulher começou a votar, tinha uma série de armadilhas jurídicas, então ela podia votar desde que com a autorização do pai ou do marido, e isso tudo foi criando dificuldades, e deixando as mulheres cada vez mais fora da vida política.

Para você ter uma ideia, a gente concedeu voto feminino antes da Suíça, que já está bem mais avançada, e a gente ainda caminhando a passos muito curtos. Temos um percentual baixíssimo de mulheres ocupando cargos políticos e de decisão. Teve um aumento depois da lei das cotas, que possibilitou sairmos de 10% para 15%, só que isso varia de estado para estado, essas mulheres que são eleitas têm uma classe social, elas têm uma cor, têm um lugar de origem. Tem todo um recorte que precisa ser feito. O Sudeste, por exemplo, elege bem mais mulheres que estados considerados "interiores", como nós aqui no Mato Grosso do Sul.

2. Como única mulher vereadora eleita para atuação na Câmara dos Vereadores de Campo Grande, quais são as expectativas e projetos para enfrentar a difícil e fundamental tarefa de consolidar uma política de promoção da igualdade de gênero no seu ambiente de trabalho e na sociedade como um todo?

O maior desafio é tentar explicar para os demais vereadores o que é ser mulher e não se ver representada nesse espaço de poder, porque hoje em dia ninguém vai levantar a mão e falar "eu sou contra a mulher ou o direito da mulher", mas há uma dificuldade de se entender a necessidade de aprovar certos projetos de lei porque eles não vivenciam isso na pele, então tentar explicar qual é essa dor e porque é necessária tal aprovação para que se consiga superar o problema vai ser o mais difícil.

Mas a gente faz isso através de dados, com muita conversa e paciência, e assim conseguiremos implementar algumas políticas públicas que realmente façam a diferença. Porque quando a gente fala de políticas públicas para as mulheres, em geral, as pessoas pensam em políticas públicas de combate à violência. Mas políticas públicas para as mulheres vai muito além de combate à violência. É preciso promover políticas específicas para mulheres de forma a dar condições que elas ocupem espaços que geralmente são renegados a elas. As mulheres dentro da política, quando elas conseguem chegar lá, sempre são jogadas para a área do cuidado, para a comissão de educação, de direitos humanos, comissão das mulheres, e ficam mulheres falando para mulheres porque eles acham que aquilo é "coisa de mulherzinha".

Ocupar espaços que naturalmente não são destinados para nós dentro da política é extremamente importante também para demarcar território. Eu estou aqui, eu posso cuidar também das políticas de desenvolvimento social, mas eu não vou fazer só isso porque eu fui eleita para decidir em pé de igualdade com os homens. CCJ, Finanças e Orçamentos são as comissões que mais decidem e, geralmente, as mulheres ficam fora dessas comissões.

O imaginário social é de que a mulher está sempre relacionada ao cuidado, que ela vai fazer na política - mas numa proporção maior - aquilo que acham que é ela que tem que fazer na sociedade. Não que a gente não tenha que cuidar, mas a gente vai ter muito mais força a partir do momento que a gente tiver homens também discutindo essas áreas para evoluir tudo que a gente precisa evoluir.

Tanto é que nos últimos anos, as decisões da política brasileira foram tomadas por homens e a gente vive num mundo construído por homens, para homens, e a cara que a gente do mundo político é masculina.

3. Michelle Bachelet, ex-presidente da República do Chile, certa vez declarou “quando uma mulher entra na política muda a mulher, quando muitas mulheres entram na política, muda a política”. Para você qual a importância de garantirmos a presença da mulher nos espaços de poder, tanto em termos demográficos, como no que tange à sua

participação na produção econômica e social do país? E como fazer para que isso se concretize?

Eu iria além da Michelle Bachelet e eu diria que quando as mulheres entram na política elas transformam o mundo. Os dados estão aí pra comprovar isso. É importante primeiro porque é um direito, se a política é representativa, ela tem que ser composta por mulheres, que são metade da população. Ponto. Começa por aí. Além de várias pesquisas que provam e demonstram que há uma melhora em várias áreas do governo quando se tem mulheres ocupando espaços de poder. Porque isso aumenta o diálogo, a gente consegue ter pessoas pensando políticas públicas para um macro e também para as chamadas "minorias". Por isso a importância de ter mulheres, negros, LGBTQs, indígenas, entre outros, ocupando cargos políticos. Só quando tivermos a pluralidade da sociedade ocupando de fato seu espaço é que poderemos chamar a política de representativa. Para que isso se concretize, é preciso que essas pessoas se lancem para a vida política e que recebam o devido apoio. São pessoas que sempre ouviram que aquele lugar não pertence a elas, e eu me incluo nesse grupo, então dá medo, mas é preciso encarar e ir com medo mesmo.

4. No que tange às candidaturas, a legislação brasileira até prevê que nenhum dos sexos pode dispor de mais de 70% das candidaturas partidárias. Porém, os índices nos mostram que o percentual de mulheres eleitas tem sido consistentemente inferior aos 30% e uma projeção feita pelo Instituto Patrícia Galvão indica que apenas no ano de 2118 as mulheres alcançarão a igualdade na representação política com os homens. Sobre o assunto, como é atuar em uma política predominantemente masculinizada?

A gente tem que discutir os partidos dentro do cenário político brasileiro. Todos os estudos apontam que a gente pode garantir a legislação, mas a gente tem um sistema proporcional de lista aberta, ou seja, dentro dos partidos, os mais votados vão ocupar essas vagas, e o que acontece é que a distribuição de recursos vai pra dentro dos partidos, então quanto menos os partidos forem democráticos, menos democrática vai ser essa distribuição.

A gente tem que criar uma legislação pra se ter uma maior transparência partidária em relação aos gastos do recurso público. É necessário ocupar os partidos políticos, não só se filiar na época das eleições ou dentro do período mínimo de um ano antes do pleito, que é o que acontece muito. Por exemplo, a mulher é uma liderança no espaço que ela está, por ser essa liderança, ela se filia, mas não vive a decisão partidária sobre a destinação de recursos. Então a gente tem que passar a olhar também para dentro dos partidos políticos, que são pouco democráticos.

Têm cientistas que consideram apenas dois partidos como partidos mesmo, o Brasil tem 38, mas só dois têm tamanho considerável e condições para opinar na direção política e da agenda econômica e social do país.

É difícil, mas é preciso trazer essas mulheres para dentro do mandato, fazer essas mulheres participarem das decisões do mandato, do dia a dia da política, das sessões em plenário, e quem sabe elas se lançam o desafio de saírem candidatas nas próximas eleições. Tive muito apoio de programas de preparação de candidaturas femininas, participei do Vamos Juntas, com uma preparação muito completa, que foi desde marketing pessoal até coleta de dados e estratégia eleitoral, que de modo geral as mulheres não têm. Elas só se lançam, o partido manda o dinheiro na conta delas e não explica o que é que tem que ser feito, nem como. Então investir nessas iniciativas é também um caminho para conseguirmos um percentual considerável de mulheres eleitas.

5. É nosso papel soprar ventos de mudança, com nossa união podemos construir uma sociedade justa, verdadeiramente democrática, na qual as mulheres ocupem os espaços políticos e de poder, propondo novas articulações sociais, políticas, culturais e econômicas. Para finalizarmos, qual a importância de pensarmos a política com outras mulheres e para outras mulheres, a partir de um engajamento político de transformação social?

Não tem como se inserir num espaço de poder se não for assim. Durante a minha militância, tive apoio de vários coletivos e de forma mais próxima estou no coletivo Elas podem que tem o intuito de

envolver as mulheres em vários temas, mostrar que a política não é um bicho de sete cabeças, e que já que é a política que decide a vida delas, elas têm que entender e participar. Através da força coletiva é que a gente vai conseguir ocupar esses espaços e já devia estar acesa uma luz vermelha de alerta para todas as mulheres porque aqui no nosso estado, com essa onda conservadora que assolou o país, a gente foi praticamente varrida da política: nós já tivemos 5 mulheres na Câmara, agora tem uma, na Assembleia, já tiveram 3, 4, agora diretamente eleita não teve nenhuma, assumiu a Mara porque infelizmente o Onevan veio a falecer.

Então é muito complicado, se a gente não acender esse alerta vermelho, quem garante que na próxima eleição vai ter alguém aqui lutando pelas mulheres e pensando em políticas de gênero?



Um pouco de história

(Texto publicado pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2020/05/guia_mulheres_2020.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021).

Ao final do século XX as mulheres brasileiras reivindicaram o direito à educação e ao voto. Esse foi o caso, por exemplo, da Dra. Isabel de Matto Dellom que, na década de 1880, invocando o direito de alistamento dos bacharéis, requereu sua qualificação como eleitora.

No início do século XX, no mundo inteiro começaram a surgir articulações em prol da emancipação política das mulheres. O movimento sufragista foi o grande responsável por garantir a conquista do direito ao voto para as mulheres. Sufragista é o nome dado ao movimento em busca do acesso ao direito de voto (também chamado de sufrágio). Podemos ver, da época, como eram as campanhas para evitar o direito ao voto das mulheres.

Sempre buscavam mostrar que as mulheres não pensavam por si próprias, ou, ainda, que poderiam abandonar a família – filhos e maridos – que dependeriam de seus cuidados. Esse tipo de discurso aconteceu no mundo inteiro, e as charges e propagandas contra as sufragistas eram amplamente divulgadas. Podemos ver alguns exemplos:



Tradução: Mamãe é uma sufragista.



Tradução: O lugar da Mulher é em sua casa.



Tradução: Minha mulher se juntou ao movimento sufragista. (tenho sofrido desde então!)

Podemos ver que essas campanhas buscavam limitar a atuação das mulheres – que só poderia ser caseira – e reduziam, também, o espaço dos homens, que de certa forma eram retratados como incapazes de cuidar de si e de suas famílias.

Atualmente temos direito a votar e a sermos votadas, mas ainda sabemos das dificuldades ainda enfrentadas pelas mulheres que precisam estudar, que precisam trabalhar fora de casa, e que ainda acumulam as tarefas domésticas de cuidado com a casa e com os filhos. Não por acaso, ainda hoje, somos minoria na política. Ao longo do século XX tivemos muitas conquistas, como o direito ao divórcio, o acesso a métodos contraceptivos, direitos trabalhistas específicos (como licença maternidade). Além disso, conquistamos o direito a praticar esportes, atividade que antes era permitida apenas aos homens. Consegue imaginar ser obrigada por lei a pedir autorização ao seu marido para trabalhar? Ou ser proibida de estudar? Absurdo, né?!



Foi notícia no mundo:

Notícias Uol – 20/01/2021. Kamala se torna a 1ª mulher, negra e asiática-americana a ser vice dos EUA. Kamala Harris tomou posse como vice-presidente dos Estados Unidos nesta quarta-feira, tornando-se a primeira mulher, a primeira pessoa negra e a primeira asiático-americana a ocupar o cargo. Filha de imigrantes radicados nos Estados Unidos —o pai é jamaicano e a mãe, indiana—, Kamala já tinha sido pioneira ao se tornar a primeira procuradora-geral negra da Califórnia e a primeira mulher de origem do sul da Ásia eleita para o Senado. Antes do juramento, Kamala Harris havia homenageado as mulheres horas antes de chegar ao Congresso dos Estados Unidos para a posse de hoje ao lado do presidente eleito Joe Biden. "Estou aqui hoje por causa das mulheres que vieram antes de mim", escreveu ela em uma mensagem postada em seu perfil no Twitter. (Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/01/20/kamala-se-torna-a-1-mulher-negra-e-asiatico-americana-a-ser-vice-dos-eua.htm>>)

El País – 01/01/2021. Espanha equipara licença paternidade e maternidade, e avança na igualdade de gênero. Licenças de pais e mães pelo nascimento de um filho começam a ser equiparadas no país desde o 1º dia do ano. Ambos terão 16 semanas fora do trabalho. A partir de 1º de janeiro de 2021, a licença-paternidade passa a ser totalmente equiparada à licença-maternidade na Espanha. Licenças 100% remuneradas e intransferíveis, ou seja, se o pai não tirar esses dias de folga, não pode mais usufruí-las — dois fatores fundamentais, segundo os especialistas, para incentivar os homens a usá-las. E que situam a Espanha na vanguarda neste tipo de direitos. Para a socióloga Constanza Tobío, a medida marca o final de um caminho em termos de licenças. "Transmite a mensagem de que os pais têm o direito e a obrigação de cuidar, exatamente nas mesmas condições e nos mesmos termos que as mulheres", argumenta. No Brasil a Constituição determina uma licença paternidade de apenas cinco dias, contados logo após o nascimento da criança. Caso ele trabalhe em uma empresa cadastrada no programa Empresa Cidadã, esse prazo pode ser estendido para 20 dias. Já a mãe pode ficar afastada do trabalho por 120 dias. Agora, a equiparação das licenças tira argumentos dos empregadores quando se trata de preferir contratar um homem a uma mulher. Disponível

em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-01/espanha-equipara-licenca-paternidade-e-maternidade-e-avanca-na-igualdade-de-genero.html>>.

Foi notícia no Brasil:

G1 (Política) - 09/01/2021. Número de mulheres nomeadas secretárias cresce nas capitais, mas homens ainda respondem por mais de 70% dos cargos. Levantamento considera a lista de secretários nomeados pelos prefeitos das capitais. São 140 mulheres (28% do total). Campo Grande (MS) é a capital com menos mulheres: apenas 1 dos 12 nomes das pastas. Recife (PE) e Belém (PA) têm, percentualmente, o maior número de secretárias mulheres. Percentual de mulheres, ainda baixo nas cidades, é maior que o de 2017 (22%). Os dados coletados pelo G1 mostram que, em 2021, todas as capitais têm ao menos uma mulher como secretária municipal. Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, é a única capital com apenas uma mulher. São 12 secretários no total. Em nota, a Prefeitura de Campo Grande afirma que "a mulher tem papel de destaque na gestão" e que a vice-prefeita, Adriane Lopes, "realiza trabalhos de extrema importância para a comunidade". "Também temos mulheres à frente da Secretaria de Educação e da Planurb [Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano], além de três subsecretarias comandadas por mulheres: do Bem-estar animal, da Juventude e dos Direitos da Mulher. Temos ainda em Campo Grande a primeira Casa da Mulher Brasileira", diz a nota. Disponível em: <encurtador.com.br/bfBL5>.

Foi notícia em Campo Grande:

Campo Grande News – 14/01/2021. Casa da Mulher Brasileira passa a fazer exame de corpo de delito. A expectativa é de que os exames já sejam realizados neste ano, em parceria com o Governo do Estado. A Casa da Mulher Brasileira vai passar a fazer exame de corpo de delito (prova fundamental para esclarecer crimes) em vítimas de violência doméstica. Atualmente, o serviço é oferecido apenas no Imol (Instituto de Medicina e Odontologia Legal). A expectativa é de que os exames sejam realizados ainda neste ano, em parceria com o Governo do Estado. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/casa-da-mulher-brasileira-passa-a-fazer-exame-de-corpo-de-delito>>.



Jurisprudência

Defensoria obtém decisão do JVD que permite viagem internacional de mãe e filhas vítimas de violência doméstica sem autorização do pai

A Defensoria Pública de SP obteve uma decisão judicial que autoriza uma mãe estrangeira e suas filhas brasileiras, vítimas de violência doméstica, a voltarem para o país de origem da mãe, sem a autorização do ex-companheiro e pai das crianças, após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecer a competência da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para analisar o pedido.

Em sede de habeas corpus apresentado ao STJ, o Defensor Público apontou que o Juizado de Violência Doméstica tem competência para decidir sobre o assunto, uma vez que o pedido é feito com base na violência doméstica sofrida pela vítima e pelas crianças.

Na análise do habeas corpus, o Ministro Raul Araújo, do STJ, considerou que o fato de a causa de pedir ser fundada diretamente na situação de violência doméstica “confere à Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher competência para apreciar os pedidos de ampliação das medidas protetivas”.

Em nova análise do pedido, o juízo deferiu o pleito apresentado pela Defensoria, autorizando a viagem internacional da mulher e das crianças, condicionando-a à informação de seu endereço e meios de contato (e-mail e telefone) naquele país, a fim de que possa ser contatada oportunamente.

Agora é lei!



Sancionada pela Prefeitura de Campo Grande a lei que prevê concessão de auxílio-aluguel às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

LEI n. 6.551, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Município de Campo Grande, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, MARCOS MARCELLO TRAD, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Campo Grande poderá criar o auxílio-aluguel às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, residentes no Município de Campo Grande.

Art. 2º O auxílio de que trata o art. 1º desta Lei será concedido às mulheres que possuem medida protetiva prevista na Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. § 1º Se a mulher não possuir o previsto no caput deste artigo e, pelas circunstâncias de violência e de risco enfrentada, ter sido obrigada a deixar o imóvel/residência, com ou sem dependentes, poderá receber o auxílio, após passar por análise técnica qualificada. § 2º Caso ocorra o previsto neste artigo, a mulher deverá receber orientação adequada de como proceder à denúncia, respeitando a decisão da mesma.

Art. 3º O auxílio poderá ser concedido à família com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos.

Art. 4º O auxílio poderá ser concedido pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa técnica.

Art. 5º A concessão será deferida por órgão do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º A mulher beneficiária do auxílio-aluguel deve ter sua identidade e localização preservada.

(...)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.



MULHERES E PODER: UM MANIFESTO – O livro da historiadora e feminista Mary Beard reúne duas de suas palestras. Lançado no Brasil em 2018 pela editora Planeta é uma verdadeira aula sobre empoderamento feminino. Mulheres e Poder traça as origens da misoginia desde os tempos antigos e mostra que esse ódio continua tendo voz. A autora apresenta inúmeros exemplos de como as mulheres sempre foram proibidas de terem um papel de liderança na vida civil. De Medusa a Filomena (que teve a língua cortada) passando por Hillary Clinton, Angela Merkel e Dilma Rousseff, Mary Beard faz reflexões inclusive sobre a sua própria trajetória para discutir como o papel feminino precisa ser redefinido na estrutura de poder da sociedade atual. O livro de Beard abre nossos olhos para situações que vivenciamos no dia a dia e nem percebemos, e, sobretudo, para entendermos que os mecanismos de opressão e subjugação feminina já existem há muito tempo, e cabe a nós impedir que eles continuem se reproduzindo.

Série/Filme

A VIDA E A HISTÓRIA DE MADAN C.J. WALKER – Minissérie do Netflix/2020. Baseada em fatos reais, a minissérie narra a história de Sarah Breedlove, nascida em 1867, em Louisiana, Estado Unidos. Madan Walker trabalhou como

lavadeira grande parte de sua vida, ganhando muito pouco pelo trabalho árduo e diário que fazia. Porém, deu a volta por cima e se tornou uma grande empreendedora, filantropa e ativista política e social, conhecida também por ser a primeira mulher a se tornar milionária naquele país. A trama expõe as questões de época e provoca o espectador a refletir sobre os tempos atuais, as dificuldades de Madam Walker como mulher negra tentando criar uma empresa nos anos 1900, ainda, e infelizmente, estão muito presentes nos dias de hoje. Contra todos os obstáculos, inclusive seu próprio marido, que não suportava a ideia de que a esposa se dedicasse mais ao trabalho do que à ele e sua casa, Madam Walker conseguiu fazer seus sonhos se tornarem realidade, tornando-se, ela própria, um símbolo e inspiração para muitas outras mulheres. E foi justamente esta trajetória de superação que inspirou a nova minissérie da Netflix que retrata a história com leveza, ao mesmo tempo em que trabalha todas as temáticas com a devida seriedade.



Datas comemorativas

JANEIRO

30/01 Dia Internacional da Não Violência e da Paz.

FEVEREIRO

01/02 Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU).

05/02 Dia Nacional da Mamografia.

21/02 Dia Internacional da Língua Materna.

24/02 Dia da conquista do voto feminino no Brasil.

Agenda NUDEM



■ **Dia 10/03/2021 às 19h00 (Brasília)** – Live “O papel da imprensa no enfrentamento à violência de gênero”, palestrante convidada Jacira Vieira de Melo, Diretora Executiva da Agência Patrícia Galvão.

Local: Youtube da Escola Superior da Defensoria Pública de MS.

Público-alvo: toda a sociedade.

■ **Dia 18/03/2021 às 19h00 (Brasília)** – Live “Masculinidade tóxica e a objetificação das mulheres”, palestrante convidada Profa. Dra. Valeska Zanello.

Local: Youtube da Escola Superior da Defensoria Pública de MS.

Público-alvo: toda a sociedade.

■ **Nos dias 19/03/2021 e 26/03/2021** – Encontros virtuais da Primeira Turma do Projeto “A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ATENDIMENTO”.

Inscrições e certificações pela Escola Superior da Defensoria Pública de MS.

Local: Virtual - Google Meet.

Público-alvo: assistentes sociais, psicólogas (os), médicas (os), enfermeiras (os), fisioterapeutas, pedagogas (os), policiais, advogadas (as), vereadoras (os) e demais profissionais com atuação na Assistência Social, na Saúde, nas OPMS, na Segurança Pública e no Sistema de Justiça, além de lideranças comunitárias.

Desmistificando conceitos

O ABC da violência contra a mulher no trabalho

A cartilha elaborada pelos integrantes da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE tem por objetivo esclarecer conceitos relacionados à violência contra a mulher que podem ter repercussão no ambiente de trabalho para facilitar o diálogo entre trabalhadores, empresas e sindicatos. O material completo está disponível em: <encurtador.com.br/xM569>, mas destacamos neste Boletim alguns conceitos importantes:

Não é mimimi: Quando você desvaloriza uma mulher julgando o comportamento dela, sua forma de vestir e de ser, você está contribuindo para a naturalização da violência contra a mulher. Lembre-se: ninguém “merece” ser vítima de violência.



JULGAMENTO MORAL OU “SLUT SHAMING”: É a tendência de ridicularizar e julgar a mulher pelo seu comportamento, relacionado às roupas que ela usa, a sua maquiagem, sua frequência de relacionamentos, ao modo como ela dança na balada. Chamar aquela sua amiga de “puta” ou “galinha” é reforçar esse estereótipo de que existe mulher “pra casar” e mulher que “não se dá valor”. Toda mulher é livre para ser quem ela quiser, e ninguém tem direito de desvalorizá-la com base em julgamentos morais. No ambiente de trabalho, também precisamos estar atentos a esse tipo de comportamento.

O respeito à individualidade integra o meio ambiente de trabalho saudável e sua promoção é dever do empregador.

Não é mimimi: a atitude de alguns homens de “explicar” o óbvio ou de explicar o que não foi perguntado cansa as mulheres e atrapalha o rendimento da equipe.



“O EXPLICA-TUDO” OU MANSPLAINING: Junção das palavras “man” - homem e “explaining” - explicando): é o hábito de o homem “explicar” a uma mulher algo óbvio e que não precisava ser explicado, porque ele supõe que ela não é capaz de entender por si mesma ou porque pretende desmerecer essa mulher, minando a confiança dela diante dos demais. Para evitar esse tipo de atitude, além de as mulheres sinalizarem que estão sendo alvo da prática, homens devem prestar atenção a sua forma de interagir com as pessoas, principalmente no ambiente de trabalho.

Não é mimimi: É legal se colocar no lugar do outro para tentar entender seu sofrimento, mas a gente tem que entender que nenhum homem vai conseguir saber exatamente como se sente uma mulher que todos os dias sofre algum tipo de violência pelo simples fato de ser mulher, por isso, meu amigo, deixa ela falar.



“O RECLAMÃO” OU MALE TEARS: É o homem que alega ser vítima de “machismo reverso” e insiste em ser protagonista em assuntos de temática feminista, roubando o “lugar de fala” de quem realmente é o oprimido no caso concreto, ou seja, a mulher.

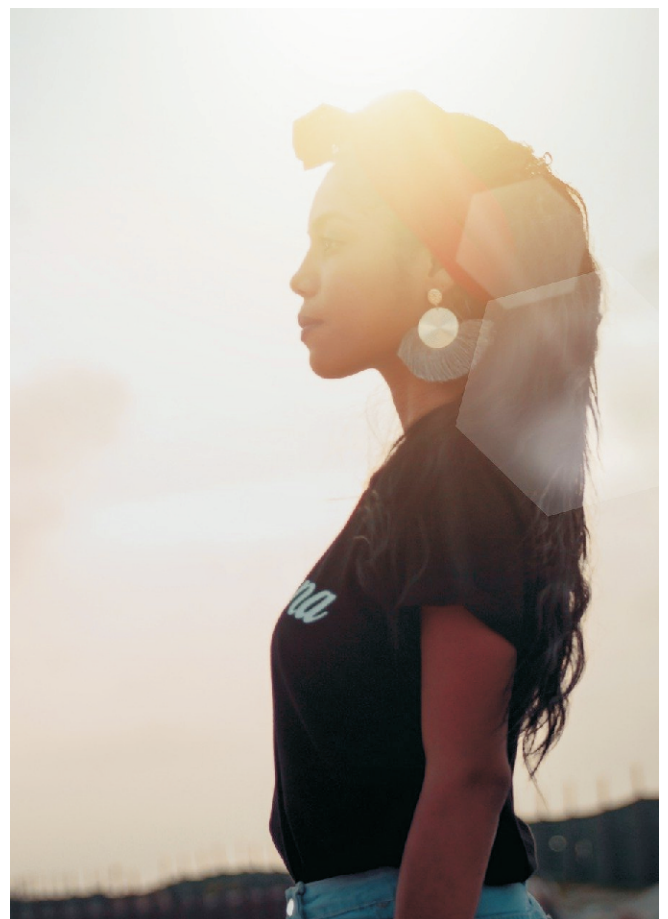
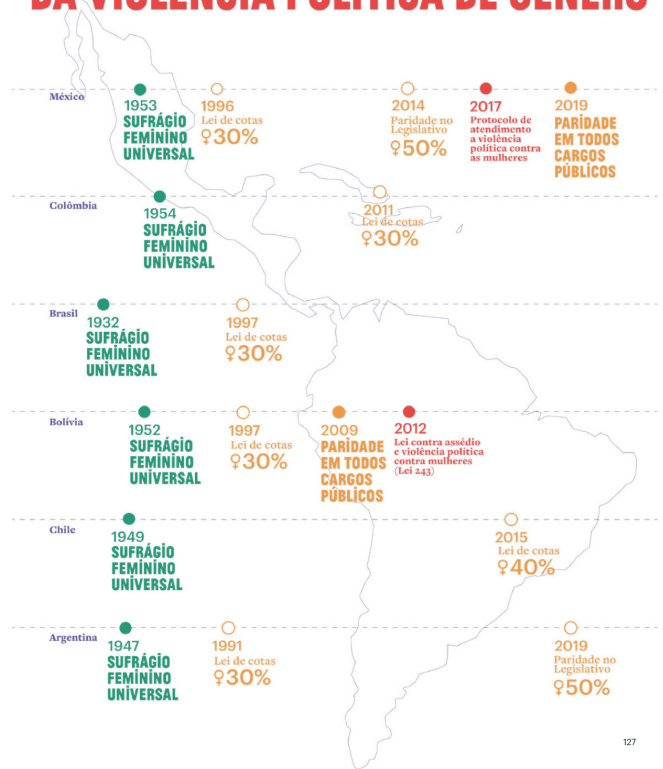
Não é mimimi: Muitos inventos atribuídos a homens foram, na verdade, criações de mulheres, como o jogo banco imobiliário e o descobrimento da fissão nuclear: https://www.huffpostbrasil.com/entry/11-women-who-did-groundbreaking-things-that-men-got-the-credit-for_us_58ca9e67e4b00705db4ca2f5



“O LADRÃO DE IDEIAS” OU BROPRIATING: Junção de “brother” - irmão” e “appropriating” - apropriação: o homem reproduz a ideia de uma mulher e leva o crédito no lugar dela. Esse comportamento costuma aparecer no ambiente de trabalho, inclusive porque muitas vezes as ideias expressadas pelas mulheres não recebem a mesma confiança que as dos homens. Para evitar a prática no ambiente de trabalho, é fundamental que seja respeitado o espaço de fala das mulheres e que suas ideias tenham o devido crédito e valorização, na mesma proporção que o estímulo dado aos colegas homens.

Mitos

DO SUFRÁGIO FEMININO À PARIDADE & RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO





DENUNCIE!

EXPEDIENTE



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Defensoria Pública-Geral do Estado
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher NUDEM
Ano 7 - 32ª Edição - Janeiro/Fevereiro de 2021

Fábio Rogério Rombi da Silva
Defensor Público-Geral do Estado.

Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Primeira Subdefensora Pública-Geral.

Valdirene Gaetani Faria
Segunda Subdefensora Pública-Geral.

Thais Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do Núcleo Institucional
de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Colaboradores desta edição:

Thais Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do NUDEM e Defensora Pública de Defesa da Mulher

Letícia Micaella de Abreu Silva
Assessora do NUDEM

Diagramação: Moema Urquiza | Assessoria ESDP

NUDEM - Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Avenida Afonso Pena, 3850 - Centro - 79020-001 - Campo Grande-MS
Email: nudem@defensoria.ms.def.br
Fone: (67) 3313-4918

Defensoria Pública de Defesa da Mulher - Casa da Mulher Brasileira
Rua Brasília, S/N, Lote 10A, Quadra 2 - Jardim Imá - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3304-7589